



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MP-RJ

Analista do Ministério Público – Área Processual

VOLUME 1

Língua Portuguesa

Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna	1
Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos; emprego de tempos e modos dos verbos em português	13
Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais; processos de formação de palavras; mecanismos de flexão dos nomes e verbos	19
Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação; concordância nominal e verbal; transitividade e regência de nomes e verbos; padrões gerais de colocação pronominal no português; mecanismos de coesão textual	48
Ortografia.....	76
Acentuação gráfica	84
Emprego do sinal indicativo de crase	86
Pontuação	88
Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo; variação linguística: norma culta	92

Raciocínio Lógico Matemático

Proposições, valor-verdade, negação, conjunção, disjunção, implicação, equivalência, proposições compostas.....	1
Equivalências lógicas	14
Problemas de raciocínio: deduzir informações de relações arbitrárias entre objetos, lugares, pessoas e/ou eventos fictícios dados	15
Diagramas lógicos, tabelas e gráficos	17
Conjuntos e suas operações	26
Números naturais, inteiros, racionais, reais e suas operações. Representação na reta	30
Unidades de medida: distância, massa e tempo	38
Representação de pontos no plano cartesiano	41
Álgebra básica: equações, sistemas e problemas do primeiro grau.....	42
Porcentagem e proporcionalidade direta e inversa.....	46
Sequências, reconhecimento de padrões, progressões aritmética e geométrica	50
Juros.....	53
Geometria básica: distâncias e ângulos, polígonos, circunferência, perímetro e área. Semelhança e relações métricas no triângulo retângulo. Medidas de comprimento, área, volume	55
Princípios de contagem e noção de probabilidade.....	72

Organização do Ministério Público

O O Ministério Público na Constituição Federal de 1988: princípios, garantias, vedações, estrutura e funções institucionais; Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as Instituições controladas;	1
Inquérito Civil e investigação penal pelo Ministério Público: instrumentos para o exercício das funções institucionais. Procedimento investigatório criminal: instauração e tramitação, no âmbito do MPRJ (Resolução GPGJ 1.678/2011); Resolução CNMP 181/2017.	1
Inquérito civil público, procedimento preparatório, termo de ajustamento de conduta e ação civil pública, no âmbito do MPRJ (Resolução nº GPGJ 2.227/2018; Resolução CNMP nº 23/2007. Resolução CNMP nº 164/2007.	9
Instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo; Resolução CNMP nº 174/2017.	22
Procedimentos administrativos voltados à tutela dos direitos individuais indisponíveis: instauração e tramitação (Resolução GPGJ nº 1.778/2012);	24
Organização do Ministério Público: Lei nº 8.625/93, Lei Complementar Estadual nº 106/03 e suas alterações;	24
Lei Estadual nº 5.891/2011 (Dispõe sobre o Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro).	57
Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975) e seu regulamento (Decreto nº 2479 de 08 de março de 1979).	62
Resolução GPGJ Nº 2.123, de 5 de junho de 2017. Estabelece as diretrizes gerais para a implantação do programa piloto de teletrabalho no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.	95
Resolução GPGJ nº 2.145, de 29 de agosto de 2017. Reestrutura a Secretaria-Geral do Ministério Público e dá outras providências.	96
Resolução GPGJ nº 2.198, de 12 de abril de 2018. Dispõe sobre o fornecimento de cópias, impressões e mídias de armazenamento e sobre a autenticação de documentos, processos e procedimentos no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.	98
Resolução GPGJ Nº 2.245, de 19 de setembro de 2018. Institui o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.	99
Resolução GPGJ nº 2.273, de 31 de janeiro de 2019. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Procuradoria Geral de Justiça e dá outras providências.	100
Portaria SGMP Nº 421, de 27 de julho de 2018. Dispõe sobre a gestão de materiais de consumo no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.	102
Portaria SGMP Nº 560, de 29 de outubro de 2018. Dispõe sobre a gestão de bens permanentes no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.	107

Tutela Coletiva e Direito da Infância e Juventude

Tutela Coletiva - Direitos meta individuais. Direitos e interesses homogêneos, coletivos e difusos. Legitimados coletivos.	1
Instrumentos extrajudiciais coletivos. Processo coletivo. Integração normativa. Constituição Federal, leis especiais e o Novo Código de Processo Civil; Ação Civil Pública.	3
Tutela Preventiva. Tutela cautelar.	6
Mandado de segurança.	10
Mandado de injunção.	14
Ação popular.	16
Ação civil pública por ato de improbidade administrativa;	20
Inquérito Civil. Resolução CNMP 23/2007 e alterações;	20
Auto composição. Resolução CNMP 118/2014. Lei Nacional de Mediação e o Novo Código de Processo Civil. Meios alternativos de composição dos conflitos coletivos;	20
Improbidade administrativa.	31
Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/13);	32
Tutela Coletiva da Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Princípios e Características. Serviços, Programas, Projetos e Benefícios;	35
Tutela Coletiva da Saúde. Sistema Único de Saúde (SUS). Princípios. Diretrizes.	79

Gestão do SUS.....	80
Tutela Coletiva do Ambiente. Lei Nacional de Saneamento Básico. Lei de Resíduos Sólidos;.....	86
Tutela Coletiva Urbanística. Estatuto das Cidades. Estatuto da Metrópole. Plano Diretor; Tutela Coletiva do Patrimônio Histórico-cultural: Regime legal para proteção dos bens de natureza material e imaterial de valor histórico, artístico, cultural, turístico, paisagístico, arqueológico e paisagens naturais notáveis;	105
Tutela Coletiva Consumerista. Defesa do contribuinte. Princípios;	180
Tutela Coletiva do Idoso. Critério etário para fixação de direitos. Conceito de Idoso; Tutela Coletiva Especializada. Direito de Pessoas com Deficiência. Estatuto da Pessoa com Deficiência -Lei nº 13.146/2015.	181
Direito da Infância e Juventude - Conceitos e princípios do Direito da Infância e Juventude. Competência. Procedimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Recursos; Conselho Tutelar e Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente. Lei nº 12.010/2009; Poder familiar. Guarda, tutela e adoção; Ato infracional. Direitos e garantias do adolescente em conflito com a lei e em cumprimento de medida socioeducativa. Ação Socioeducativa. Crimes contra a criança e o adolescente.	181



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MP-RJ

Analista do Ministério Público – Área Processual

VOLUME 2

Direito Administrativo

Princípios de Direito Administrativo.	1
Atos Administrativos.	3
Poderes administrativos.	11
Administração Direta e Indireta.	16
Contratos Administrativos. Licitações. Lei nº 8.666/93. Sanções administrativas, crimes e penas previstos na Lei nº 8.666/93.....	24
Regime Diferenciado de Contratações Públicas.	69
Parcerias Voluntárias: Lei nº 13.019/2014;	82
Processo administrativo.	97
Agentes Públicos	107
Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975) e seu regulamento (Decreto nº 2479 de 08 de março de 1979).	118
Juliana Intervenção do Estado sobre a propriedade privada.	151
Bens públicos.	159
Serviços Públicos.	165
Responsabilidade Civil do Estado.	174
Controle da Administração Pública.	181
Mandado de Segurança.	187
Improbidade Administrativa;	187
Lei nº 12.846/2013 –Lei Anticorrupção;	192
Código Penal: dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral; dos crimes contra as finanças públicas.	192

Direito Constitucional

Direito Constitucional - Constituição (conceitos, classificação e supremacia);	1
Interpretação do texto constitucional;	4
Princípios constitucionais;	7
Direitos e garantias fundamentais;	8
Organização político-administrativa e competências dos entes federados; Administração Pública e servidores públicos;	14
Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Ministério Público e as demais funções essenciais à justiça; Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	24
Controle de constitucionalidade;	46
Ordem econômica e financeira.	64
Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial)	68
Resolução CNMP nº 170/2017.	76

Direito Civil

As fontes do direito. A norma jurídica. Estrutura, características e classificação das normas. Interpretação e integração das normas. Eficácia da norma; Aplicação da lei no tempo e no espaço. A relação jurídica.	1
O direito subjetivo. Eficácia, limitações e proteção dos direitos subjetivos; Prescrição e decadência; Pessoa física. Capacidade, legitimação e estado. Incapacidade absoluta e relativa.....	7
. Direitos da personalidade.	13
Estatuto da Pessoa com Deficiência;	16
Pessoas jurídicas. A empresa e o estabelecimento comercial; Domicílio.	33
Os bens. Prestações, títulos e direitos. Patrimônio. Classificação dos bens. Benfeitorias. Bem de família legal e convencional;	40
Do Ato Ilícito. Do Abuso de Direito. Dos Negócios jurídicos. Do Termo, da Condição e do encargo. Defeitos do negócio jurídico: erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão, simulação, reserva mental e fraude contra credores; Da invalidade dos negócios jurídicos. Prescrição e Decadência.	45
Obrigações: conceito e natureza jurídica. Estrutura da obrigação. Características e elementos. Fontes das obrigações. Classificação das obrigações. Obrigação de dar, de fazer, de não fazer, facultativas e alternativas. Obrigação natural. Obrigação propter rem. Obrigação solidária e obrigação indivisível.	57
Extinção das obrigações. Pagamento. Modalidades do pagamento. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa. Pagamento por consignação. Pagamento por consignação bancária. Pagamento por sub-rogação. Imputação em pagamento. Dação em pagamento. Novação. Compensação. Transação. Compromisso. Confusão. Remissão.	65
Dos Contratos em Geral. Das Várias Espécies de contratos: Compra e Venda, Doação, Locação de Coisas, Empréstimo, Mandato, Transporte e Seguro.	71
Da Responsabilidade Civil.;	89
Posse. Classificação e desdobramento da posse. Modos de aquisição e perda da posse. Efeitos da posse. Compose. Estatuto da Terra. Parcelamento do Solo. Usucapião. Registros Públicos. Finalidade. Efeitos do registro público;	95
A família no Código Civil e na Constituição da República. Casamento: noções gerais. Conceito. Natureza jurídica. Formalidades preliminares. Habilitação. Requisitos e pressupostos matrimoniais. Procedimento. Impedimentos matrimoniais. Celebração e provas. Assento de casamento. Casamento nuncupativo. Casamento por procuração. Provas do casamento. Casamento inexistente, nulo, anulável e irregular; Divórcio: conceito e natureza jurídica. Formas de divórcio. Separação judicial. Separação de fato. Efeitos;	121
Alimentos. Prestação alimentícia: conceito, natureza jurídica, características e pressupostos;	132
Da sucessão em geral. Abertura da sucessão. Aceitação e renúncia. Herança jacente. Sucessão testamentária. Cláusulas restritivas. Legados. Aquisição e efeitos dos legados. Substituições. Fideicomisso;	135
União Estável no Código Civil. Conceito. Características. Efeitos. Dissolução. Concubinato impuro. União homoafetiva. Casamento entre pessoas do mesmo sexo	149;
Relações de parentesco: conceito. Espécies. Linhas e graus. Efeitos legais; Filiação: filiação nas relações matrimoniais. Filiação nas relações extramatrimoniais. Investigação de paternidade. Adoção. Poder familiar, Tutela e Guarda. Poder familiar. Exercício do poder familiar.	151
Tutela. Efeitos da tutela. Ausência; Curatela: noções gerais. Espécies de curatela; Estatuto da Criança e do Adolescente: guarda, tutela e adoção. Guarda compartilhada; Estatuto do Idoso.	156
Direito do consumidor: Proteção constitucional e Código de Defesa do Consumidor.....	170



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MP-RJ

Analista do Ministério Público – Área Processual

VOLUME 3

Direito Processual Civil

Jurisdição. Princípios, espécies e características.	1
Órgãos auxiliares da Justiça.	2
O juiz.	8
Competência. Critérios de fixação e causas de modificação; Conexão e continência. Prevenção.	11
Ação. Teoria Geral da Ação. Elementos da ação. Condições da ação. Concurso e cumulação de ações;	17
Processo. Princípios processuais constitucionais. Normas fundamentais do Processo Civil. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais.	21
Atos Processuais (forma, lugar e tempo).	28
Prazos. Preclusões;	33
Petição inicial. Respostas do réu.	36
Partes. Capacidade e legitimação. Sucessão processual. Substituição processual.	36
Litisconsórcio. Modalidades.	45
Intervenção de terceiros. Modalidades.	46
Suspeição e impedimento.	50
Teoria geral da prova. Provas em espécie.	51
Sentença e coisa julgada;	63
Vícios dos atos processuais e suas consequências. Nulidades processuais;	63
Processo de conhecimento.	65
Formação, suspensão e extinção do processo de conhecimento.	90
Procedimento comum e procedimentos especiais no CPC.	92
Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/2009).	126
Mandado de Injunção (Lei nº 13.300/2016).	126
Ação Civil Pública (Lei 7.347/85).	126
Ação Popular (Lei nº 4.717/65).	126
Ação de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92).	126
Suspensão da execução das medidas liminares e das sentenças proferidas contra o Poder Público (Lei nº 8.437/92).	126
Tutela de urgência. Tutela antecipatória de mérito e tutela cautelar. Tutela de evidência. Tutela provisória;	127
O Ministério Público no processo civil individual e coletivo. Inquérito civil. Termo de ajustamento de conduta. Conflitos de Atribuição;	131
Interdição. Tutela e curatela. Inventário e partilha. Testamentos. Herança jacente;	132
Execução forçada. Processo de execução. Ação executiva. Disposições gerais	132
Formação, suspensão e extinção do processo de execução	154
Títulos judiciais e extrajudiciais.	155
Liquidação.	155
Execução contra a Fazenda Pública. Execução de alimentos.	155
Execução civil de sentença penal.	155

Execução fiscal.	156
Execução coletiva;	162
Incidentes de Arguição de Inconstitucionalidade, de Assunção de Competência e de Resolução de Demandas Repetitivas.	162
Ação Rescisória.	164
Recursos. Teoria Geral dos Recursos. Reexame necessário. Recursos em espécie;	168
Aspectos processuais do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03) e Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15);	181
Processo Eletrônico (Lei nº 11.419/2006, Resolução TJ/OE 16/2009 e alterações).	213

Direito Penal

Conceito do Direito Penal. Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal. Fontes do Direito Penal; Interpretação e integração da Lei Penal. Analogia;	1
Princípio da Reserva Legal. Lei penal no tempo e no espaço;	12
Classificação das Infrações Penais. Conceito de crime.	19
Fato Típico. Conduta. Resultado. Relação de Causalidade. Crime Doloso. Crime Culposos. Crime Preterdoloso; Consumação e Tentativa. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Arrependimento Posterior. Crime impossível;	22
Ilicitude e suas causas excludentes.	33
Culpabilidade e suas causas excludentes;	37
Concurso de Pessoas;	42
Sanções penais e aplicação da pena. Penas Privativas de Liberdade. Penas Restritivas de Direitos. Pena de Multa. Medidas de Segurança; Concurso de Crimes; Suspensão Condicional da Execução da Pena (“sursis”). Livramento Condicional;	45
Causas Extintivas da Punibilidade;	65
Crimes contra Pessoa;	70
Crimes contra o Patrimônio;	92
Crimes contra a Dignidade Sexual;	113
Crimes contra a Honra;	125
Crimes contra a Fé Pública;	125
Crimes contra a Administração Pública; Crimes contra a Administração da Justiça;	137
Crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898/65);	162
Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90);	164
Crimes hediondos (Lei nº 8.072/90);	165
Crimes previstos na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93);	166
Crimes previstos na Lei de Tortura (Lei nº 9.455/97);	166
Crimes previstos no Código Brasileiro de Trânsito (Lei nº 9.503/97);	167
Crimes previstos na Lei de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei 9.613/98).;	170
Lei nº 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento);	170
Lei 11.340/06 (Lei “Maria da Penha”);	177
Lei nº 11.343/06 (Lei Antidrogas);	183
Lei nº 12.850/13 (Lei que define “Organizações Criminosas”, dispõe sobre a investigação criminal, meios de obtenção de prova etc.);	196
Crimes contra a ordem tributária e econômica, contra o consumidor e as relações de consumo (Lei nº 8.078/90 e Lei nº 8.137/90).	196

Direito Processual Penal

Sistemas processuais penais.	1
Princípios processuais penais.	1
Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal;	4
Aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço.	13
Persecução penal.	16

Inquérito policial, termo circunstanciado e outros procedimentos preparatórios da ação penal. Investigação criminal direta pelo Ministério Público. Arquivamento e desarquivamento de inquérito policial e peças de informação;	17
Ação penal –teoria geral, condições para o regular exercício, classificações, princípios e espécies. Ação penal de iniciativa pública, ação penal de iniciativa privada e ação penal pública de iniciativa privada. “Ação penal privada subsidiária da pública”;	25
Jurisdição, competência e atribuição. Fixação. Natureza jurídica. Conflitos. Conexão e Continência. Foro por prerrogativa de função;	31
Das questões e processos incidentes. Exceções e questões prejudiciais.	37
Persecução penal e às medidas assecuratórias na Lei de “Lavagem” de capitais (Lei nº 9.613/98, com redação dada pela Lei nº 12.683/12);	45
Prova. Teoria Geral e Admissibilidade da Prova. Meios de prova. Provas em espécie.	51
O regime brasileiro de interceptação telefônica.	68
Organizações criminosas. Investigação criminal e meios de obtenção de prova na Lei nº 12.850/13;	70
Os atores do processo penal: o juiz, o Ministério Público, o delegado, o jurado, o investigado, o indiciado, o acusado e seu defensor, o ofendido, o assistente de acusação, o querelante, os serventuários e os auxiliares da Justiça. Os peritos e os intérpretes.	80
Impedimentos, suspeições e incompatibilidades;	86
Prisão processual. As espécies de prisão processual. O Sistema constitucional de prisão e liberdade e o sistema de prisão e liberdade do Código de Processo Penal. Medidas cautelares pessoais diversas da prisão (Lei nº 12.403/11). Prisão domiciliar. Prisão temporária (Lei 7.960/89);	88
Os atos processuais. O tempo, o lugar e a forma dos atos processuais.	102
Os atos de comunicação processual: citação, intimação e notificação. Intimação de sentença. Intimação da pronúncia. A revelia do réu e suas consequências.	104
Sentença Penal. Princípio da correlação entre a acusação e sentença.	108
Dos processos em espécie. Teoria Geral. Procedimentos comum–ordinário, sumário e sumaríssimo e especiais (Procedimento do Tribunal do Júri e Procedimento dos crimes próprios contra a Administração Pública praticados por funcionários públicos). Procedimentos especiais previstos na legislação extravagante.	111
Procedimento dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95).	132
Procedimento previsto na Lei 11.340/06. Procedimento previsto na Lei 11.343/06. Procedimento previsto na Lei 12.850/13.....	139
Das nulidades;	139
Recursos. Teoria Geral. Recursos em Espécie. Ações autônomas de impugnação (o habeas corpus, a revisão criminal, a reclamação e o mandado de segurança em matéria penal);	143
Execução penal. Lei 7.210/84. Princípios básicos. Regimes de cumprimento das penas privativas de liberdade. A progressão/regressão de regime. Incidentes da execução. O Regime Disciplinar Diferenciado;	159
Processo Eletrônico (Lei nº 11.419/2006, Resolução TJ/OE nº 16/2009 e alterações).....	180